

ECONOMIA BRASILEIRA: Crise Política e Econômica no Período de 2012 a 2017

Valtuir Sturlini

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Felipe Camilo Santini

Graduando em Administração,
Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

Maria Luzia Lomba de Sousa

Doutora em Teoria Econômica – UEM;
Docente credenciada do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
Instrutora credenciada do Serviço de Apoio Micro PeqEmpr de MS–SEBRAE/MS;
Docente credenciada do Instituto Euvaldo Lodi – IEL

Elisângela de Aguiar Alcalde

Mestre em Desenvolvimento Local – UCDB;
Docente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC;
Docente das Faculdades Integradas de Três Lagoas – FITL/AEMS

RESUMO

A economia brasileira teve drástica mudança de nos seus indicadores econômicos após o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. O estudo tem como objetivo trazer um breve relato dos acontecimentos políticos e econômicos do país, começando pelo impeachment da Presidente Dilma Rousseff, os problemas gerados em seu governo, a comparação dos indicadores econômicos de 2015 a 2018, bem como a posse de Michel Temer. Os indicadores a serem destacados serão: violência, saúde, impostos, taxas de desemprego, PIB, inflação e IDH. Por final, os pré-candidatos das eleições outubro de 2018 com os índices de popularidade dos mais votados em pesquisas. A metodologia utilizada foi a bibliográfica por meio de site, artigos, livros e jornais impressos e *online*.

PALAVRAS-CHAVE: economia; inflação; pré-candidatos; taxas de desemprego.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira enfrentou uma crise política que teve início em 2014 e resultou no impeachment da Presidente Dilma Rousseff no ano de 2015, contribuindo para diversos fatores, tais como: decisões judiciais seletivas, vazamento de informações processuais penais sob sigilo de justiça, expedição de medidas coercitivas sem apoio legal, participação de membros judiciais em entrevistas na televisão de massa, recebimento de prêmios e manifestações de membros do judiciário fora dos autos.

O presente estudo apresenta a opinião de alguns juristas e economistas

sobre o *impeachment* da Presidente Dilma Vana Rousseff e as consequências para a economia brasileira, a análise de indicadores econômicos dos períodos de 2010-2014 e de 2015-2018.

O candidato derrotado na última eleição para a Presidência da República em 2014, Senador Aécio Neves iniciou um jogo político com a finalidade de favorecer interesse de grupos partidários e econômicos, bem como um movimento que visava derrubar o governo eleito.

Os três poderes: Judiciário, Executivo e Legislativo atuaram por meio de alguns de seus órgãos como agente causador da crise política e, conseqüentemente, se transformou em uma crise econômica que está destruindo a economia do País.

A metodologia utilizada foi a bibliográfica por meio de sítios virtuais, artigos, livros e jornais impressos e *online*.

2 OBJETIVOS

O propósito deste trabalho é reunir um conjunto de informações disponibilizadas por instituições oficiais e privadas, publicações e sítios virtuais relativos à evolução da economia brasileira nos últimos vinte anos, bem como fazer um relato da opinião de alguns juristas e economistas sobre a crise política-econômica a partir do *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff e as consequência para a economia brasileira no período de 2015 a 2018 por meio da análise dos indicadores econômicos, nos períodos de 2010-2014 e 2015-2018. \

3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi desenvolvido com base no método de pesquisa descritivo qualitativo e quantitativo, apresentando um levantamento bibliográfico pautado em estudos, teses, artigos, jornais físicos e *online*, sítios virtuais e livros de autores consagrados pela literatura, bem como de juristas e economistas.

Após analisar o material encontrado e dispô-lo em ordem cronológica, realizou-se o estudo, avaliação, reflexão sobre o conteúdo propriamente dito, que se tornaram os tópicos dos demais itens desse estudo.

4 CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA

O ano de 2016 o Brasil foi marcado por inúmeros problemas, dentre eles destacam-se dois: a crise política e a crise econômica. O primeiro teve como protagonista a então presidente Dilma Vana Rousseff, sendo afastada de seu cargo devido ao impeachment sofrido, decorrente de uma denúncia apresentada pelos juristas Miguel Reale Jr., Janaína Conceição Paschoal e Hélio Bicudo, alegando [...] crime de responsabilidade fiscal – as chamadas "pedaladas fiscais" no Plano Safra e os decretos que “geraram gastos sem autorização do Congresso Nacional [...], mas não foi punida com a inabilitação para funções públicas previsto no Art. 85 da Constituição Federal de 1988” (GARCIA et al., 2016, p. 1)

Dilma Rousseff foi afastada no dia 31 de agosto de 2016, devido ao voto favorável ao impeachment de 61 senadores contra apenas 20 votos contrários ao processo (GARCIA et al., 2016). Entretanto, vale ressaltar que mesmo com a condenação, a ex-presidente não está inabilitada de exercer função pública por 8 anos, como é de praxe a este processo, devido a um requerimento solicitando uma outra votação separada do processo de impeachment.

Devido à quantidade de votos não ter sido alcançada nesta segunda votação (eram necessários 54 votos a favor e houveram apenas 42), não houve a cassação dos direitos políticos da ex-presidente.

A decisão sobre os direitos políticos de Dilma foi feita em votação separada à que cassou o mandato da petista, quando 42 senadores votaram pela perda de direitos políticos, enquanto 36 votaram pela manutenção. Eram necessários 54 votos favoráveis à inabilitação de Dilma para que lhe fosse imposta esta pena (PARAGUASSU; MARCELLO; SIMÕES, 2016, p.1).

Mesmo após o julgamento e a aprovação do impeachment, viu-se um país dividido, onde muitas pessoas acreditavam que o processo foi de certa forma um “golpe”. Segundo o G1 (2016) o senador Acir Gurgacz do PDT-RO, que votou a favor do processo e afirmou que:

Foi uma decisão muito difícil, mas importante para o nosso país. Eu entendo que não há crime de responsabilidade, mas falta governabilidade para a presidente voltar a governar o nosso país. A volta da presidente talvez causasse um problema ainda maior para a economia brasileira, que já não está bem (G1, 2016, p. 1).

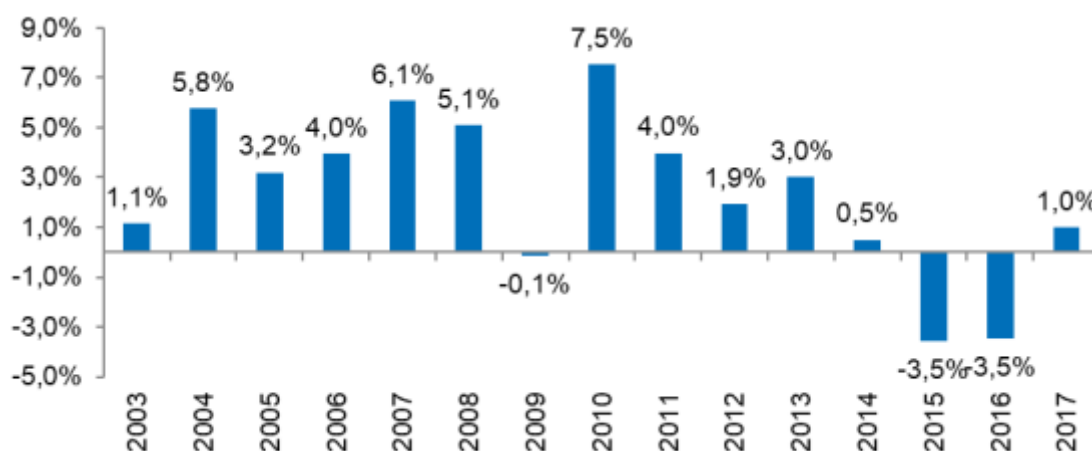
No mesmo dia do afastamento de Dilma Rousseff, tomou posse o então vice

e agora atual presidente Michel Temer, assumindo o controle do país até o final de seu mandato, no dia 31 de dezembro de 2018.

4.1 Indicadores Econômicos de 2015 a 2018

A economia brasileira foi marcada, nos últimos anos, por grave recessão, após um ciclo de crescimento econômico. A Figura 1 apresenta as taxas de crescimento de 2003 a 2017.

Figura 1. Taxa de crescimento do PIB de 2003 a 2017.



Fonte: Extraído de BNDES, 2018.

Na Figura 1 identificaram-se três períodos distintos, além do ano de 2017, que marca o início da recuperação. No primeiro deles, entre 2003 a 2008, ocorreu significativo, em que a taxa média ficou em 4,2% ao ano. No segundo período, entre 2009 a 2014, o crescimento médio no período já foi bem menor, de 2,8% ao ano com exceção de 2009 influenciada pela crise internacional, mas já se percebia desaceleração no ritmo de crescimento, bastante influenciada pela crise internacional (BNDES, 2018).

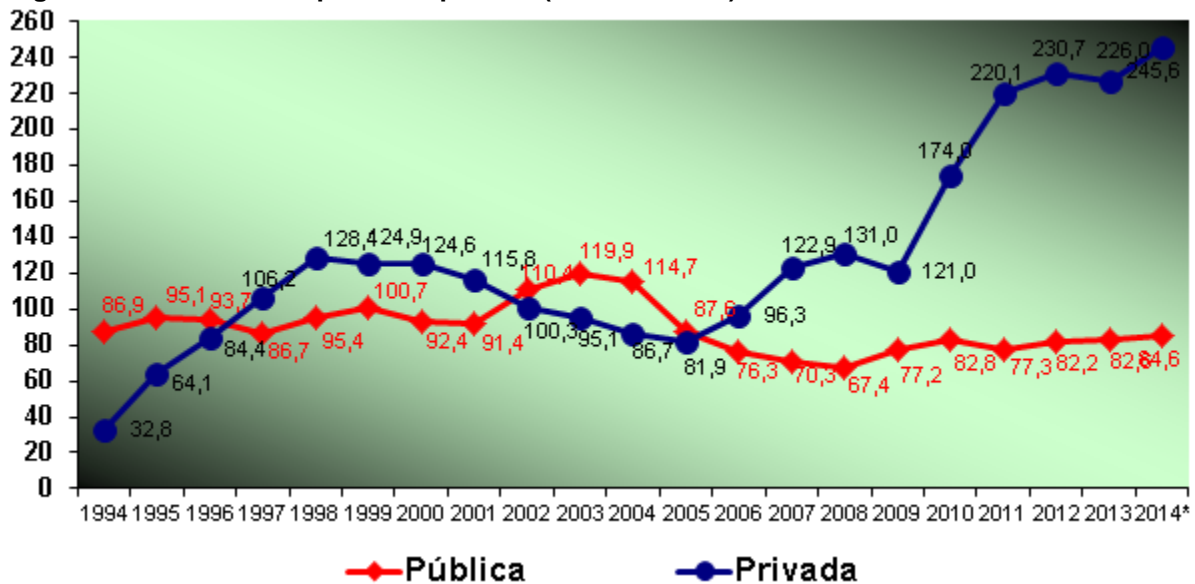
Ainda a Figura 1 demonstra que no período entre 2015 e 2016, foi caracterizado pela acentuada recessão, acumulando perda superior a 7% para o PIB e 8% para o PIB per capita. O crescimento médio no período já foi bem menor, de 2,8% ao ano (BNDES, 2018).

A partir de 1994, tendo como presidente Itamar Franco, que assumiu depois do impeachment de Fernando Collor de Mello, as mudanças na política merecem especial referência, conforme Figura 2.

No período seguinte, a dívida pública e privada vão se distanciando e

somente em 2002 “ocorre uma reocupação da dívida privada, em função da melhoria na evolução do PIB, consumo das famílias e geração de emprego, que propiciou a expansão significativa do mercado interno modificando o perfil social do Brasil” (GOMES; CRUZ, 2014, s.p.).

Figura 2. Dívida externa pública e privada (US\$ BILHÕES).



Fonte: Extraído de GOMES; CRUZ, 2014.

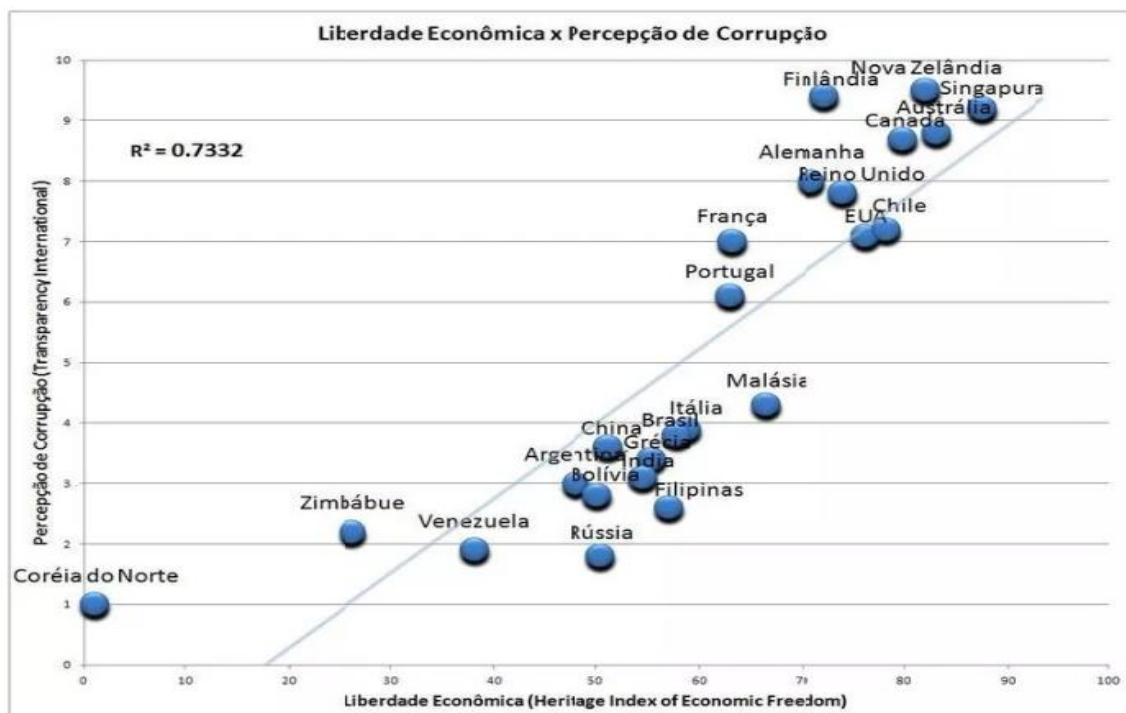
Para Gomes e Cruz (2014, s.p.) “as políticas de consolidação financeira do setor externo, bem como elevação das reservas internacionais possibilitou a redução do endividamento externo do país”.

Com a desaceleração da economia brasileira e queda da arrecadação de impostos, a dívida pública do país cresce e chega a cerca de R\$ 319 bilhões no ano de 2016, segundo Martello (2017, p.1), “em 2015, a dívida pública havia registrado crescimento maior, de 21,7%, ou R\$ 498 bilhões. Já em 2014, a expansão havia sido de 8,15%, ou R\$ 172 bilhões”.

No Brasil, a corrupção é um dos maiores problemas enfrentados e está entre os mais corruptos do mundo. Conforme a Figura 3, na América Latina somente a Bolívia é o mais corrupto e próximo da Venezuela e apresenta a posição do Brasil referente a liberdade econômica x percepção de corrupção.

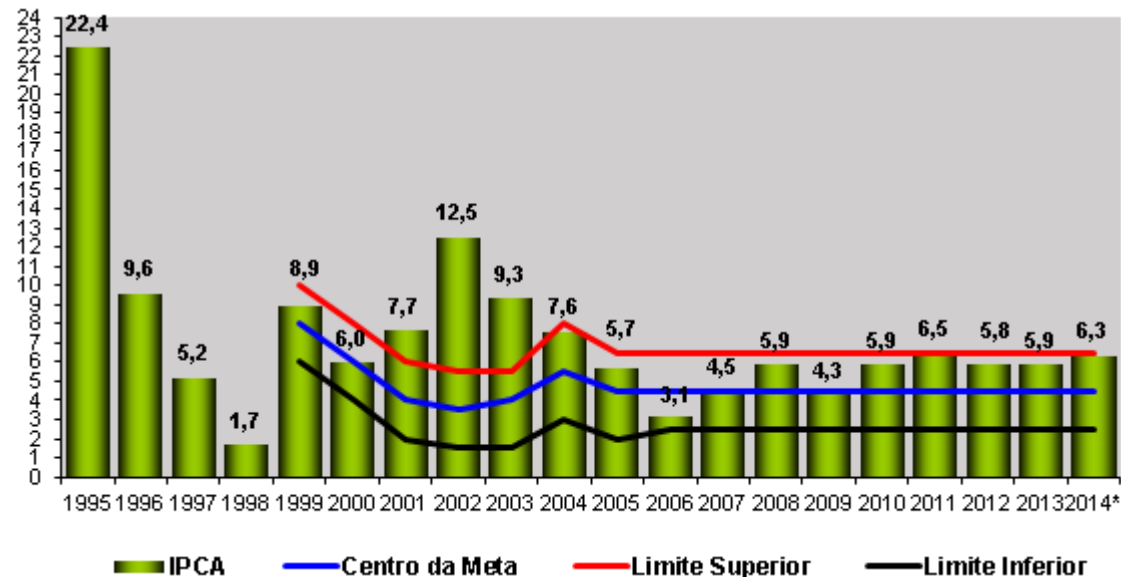
Segundo o IBGE (2016), a inflação do Brasil fechou 2016 no menor nível em três anos. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficou em 6,29%, abaixo do teto da meta de 6,5% e inferior a 2015, quando a taxa havia sido de 10,67% ao ano (Figura 4).

Figura 3. Comparação da corrupção no Brasil e parceiros comerciais (2013) e a liberdade econômica x percepção de corrupção.



Fonte: Extraído de OSTERMANN, 2013.

Figura 4. Evolução da taxa de inflação (IPCA)(%).



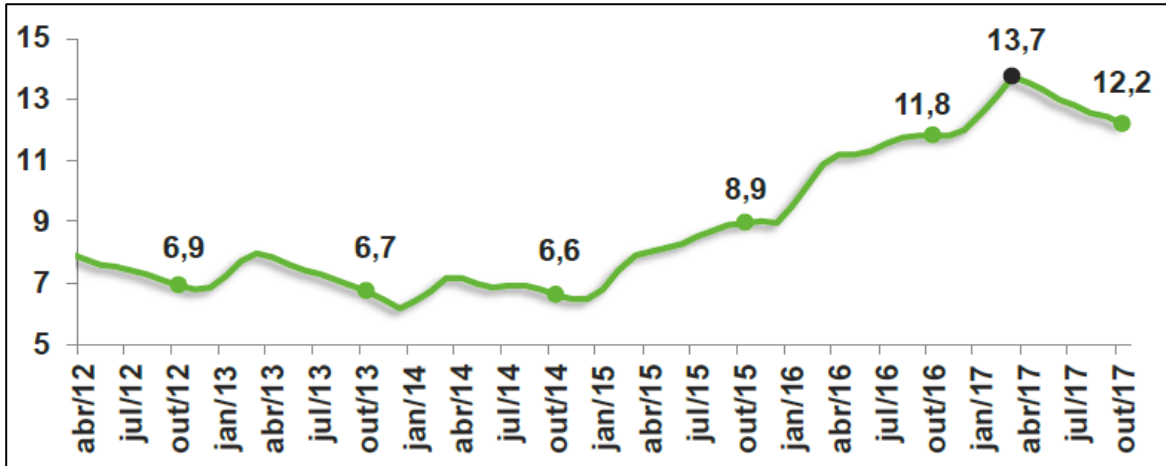
Fonte: Extraído de OSTERMANN, 2013.

O IBGE (2017) destaca que a desaceleração dos preços no ano de 2016 foi a maior da última década. Ainda segundo o autor, o índice de desemprego foi em que média 7,4% no ano de 2010, passou para média de 12% no ano de 2016 e no ano de 2017 bateu o recorde com 12,2 milhões de desempregados no Brasil.

Na Figura 5 é apresentada a taxa de desocupação do acumulado dos anos

de 2012 a outubro de 2017, que segundo Sales (2017), aumentou para 12% no quarto trimestre de 2016 batendo um recorde de 12,3 milhões de desempregados até outubro de 2017.

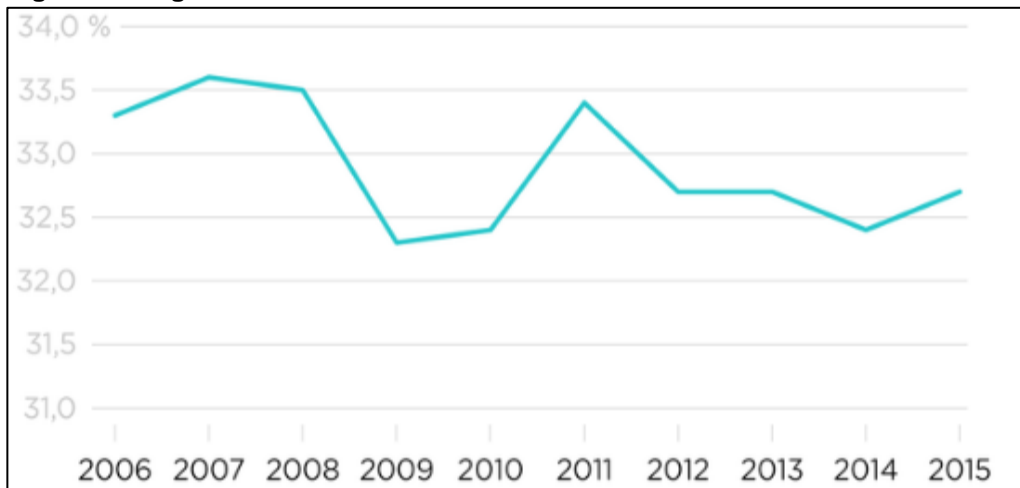
Figura 5. Taxa de desocupação - 2012 a 2017 (%).



Fonte: Extraído de SALES, 2017.

O Brasil está entre os países com a maior carga tributária do mundo. Os impostos são elevados e o retorno baixo, desequilibrando o bolso dos brasileiros e reduzindo o consumo, portanto desaquecendo a economia, conforme Figura 6.

Figura 6. Carga Tributária em % do PIB – 2006 a 2015.

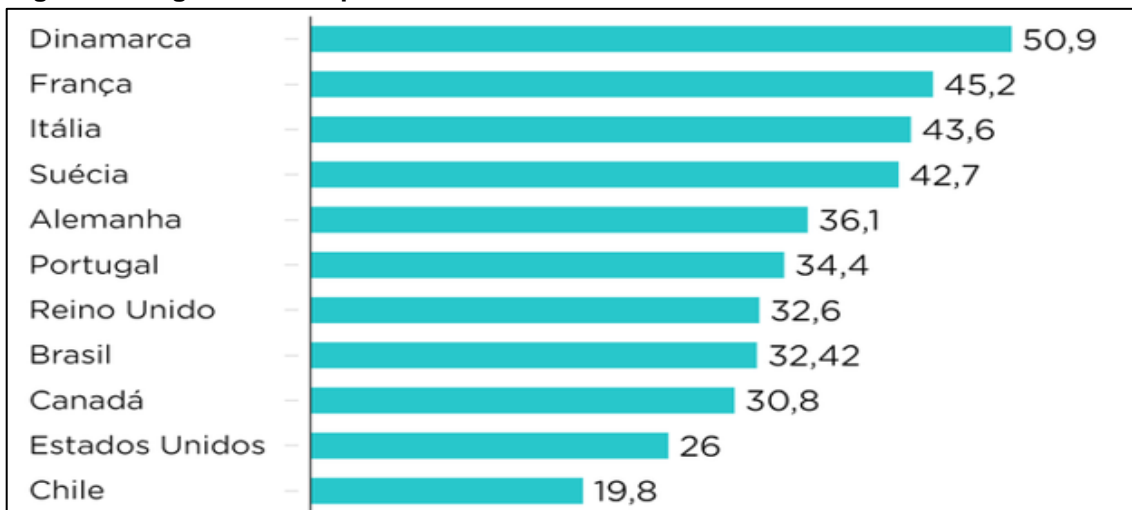


Fonte: Extraído de CASTRO 2016.

Castro (2016) destaca que o Brasil está na média dos países mais ricos e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) maiores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que a diferença entre eles é a forma de tributação:

O governo brasileiro é um dos que menos cobra impostos sobre renda e lucro de pessoas e empresas. São 5,85%, menos da metade dos 11,4% do Reino Unido, que tem carga semelhante. Por outro lado, o Brasil aparece entre os que mais tributam bens e serviços (CASTRO, 2016, p.1).

Figura 7. Carga Tributária por País em 2014 em % do PIB.



Fonte: CASTRO, 2016.

Segundo Castro (2016), no ano de 2015, ápice da crise econômica brasileira, a carga tributária aumentou significativamente, atingindo 32,66% do PIB de 2015 contra 32,42% em 2014. Ainda segundo Castro (2016, p. 1) “Nos últimos dez anos, o que mais mudou foi a situação dos municípios. Em 2006, as cidades ficavam com 5,11% do total e agora têm 6,37%”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário econômico brasileiro de 2003 a 2014 foi caracterizado por notáveis avanços provocados pela reorientação da política econômica, como a significativa queda da inflação e dos juros, possibilitando a retomada da demanda doméstica, sobretudo do consumo das famílias gerando produção e, conseqüentemente, emprego e renda.

O quadro político no ano de 2014 marcado pelas incerteza, risco de abandono do processo de reequilíbrio macroeconômico e das reformas implementadas.

O PIB mundial acelerou de -0,1% em 2009 para 7,5 em 2010, caindo para 0,5% em 2014 e para -3,5% em 2015 e 2016, recuperando em 2017 para 1%. Entretanto, para que essa tendência de recuperação tenha maior amplitude e seja

duradoura, o Brasil precisará avançar na reforma tributária que ampliarão a produtividade e competitividade, bem como o equilíbrio das finanças públicas e a redução da dívida pública.

O Brasil necessita recuperar sua credibilidade com os países parceiros, ambiente otimista para receber os investimentos externos.

REFERÊNCIAS

CASTRO, J. R. A carga tributária brasileira em 4 gráficos. Nexo Jornal Ltda, 20 Set. 2016. Disponível em <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/09/20/A-carga-tribut%C3%A1ria-brasileira-em-4-gr%C3%A1ficos>>. Acesso em: 25 set. 2018.

GARCIA G. et al. Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume. G1 Globo, Brasília, 2016. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>> Acesso em: 14 mai., 2018.

GURGACZ, A. Senador vota pelo impeachment, mas diz que não há crime de Dilma. G1 Globo. Brasília, 2016. Disponível em <<http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senador-vota-pelo-impeachment-mas-diz-que-nao-ha-crime-de-dilma.html>>. Acesso em: 14 maio., 2018.

CRUZ, C. A. S.; GOMES, G. Vinte anos de economia brasileira: 1994 / 2014 (Versão Ampliada). Plataforma Política Social, Brasília, 2014. Disponível em <<http://plataformapoliticasocial.com.br/80-graficos-sobre-a-evolucao-dos-indicadores-economicos-e-sociais/>>. Acesso em: 11 set., 2018.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (FIERGS). Balanço 2017 e perspectivas 2018 da economia. Balanço 2017 & Perspectivas 2018. Unidade de Estudos Econômicos do Sistema FIERGS, Dez 2017. Disponível em <<http://www.fiergs.org.br/economia/balan%C3%A7o-econ%C3%B4mico-e-perspectivas>>. Acesso em: 29 set., 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE Inflação oficial fecha 2016 em 6,29%, abaixo do teto da meta, diz IBGE. 2017. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-01/inflacao-oficial-fecha-2016-em-629-dentro-do-teto-da-meta-diz-ibge>>. Acesso em: 11 set., 2018.

MARTELLO, A. Dívida pública sobe 11,42% em 2016, para R\$ 3,11 trilhões, novo recorde. G1. Globo, Brasília, 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/noticia/divida-publica-sobe-1142-em-2016-para-r-311-trilhoes.ghtml>> Acesso em: 11 set., 2018.

OSTERMANN, F. Por que há tanta corrupção no Brasil? Instituto Ordem Livre. 2013. Disponível em: <<http://ordemlivre.org/posts/por-que-ha-tanta-corrupcao-no-brasil>> Acesso em 11 set., 2018.

PARAGUASSU, L.; MARCELLO, M. C.; SIMÕES, E. PMDB nega acordo para manter direitos políticos de Dilma em impeachment. Revista O Globo online, 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/pmdb-nega-acordo-para-manter-direitos-politicos-de-dilma-em-impeachment-20027015>>. Acesso em 14 mai., 2018.

TINOCO, G.; GIAMBIAGI, F. Perspectivas DEPEC 2018: o crescimento da economia brasileira 2018-2023. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Brasília, 2018. Disponível em <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf> Acesse em: 14 mai., 2018.

SALES, R. Desemprego no Brasil atinge a maior taxa desde 2012. 2017. Disponível em <<http://www.valor.com.br/brasil/4853298/desemprego-no-brasil-atinge-maior-taxa-desde-2012>> Acesso 25 set., 2018.